

## BOLSA-FAMÍLIA, ESTADO NUTRICIONAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

**Autores:** THAÍS DA SILVA SÁ, JOÃO PEDRO PAULINO RUAS, JUCIMERE FAGUNDES DURÃES ROCHA, TACIANA FONSECA BRAGA DE CARVALHO, CRISTINA ANDRADE SAMPAIO

### Introdução

As questões alimentares e nutricionais tem sido discutidas como questão política, no Brasil, desde o início do século XX. As políticas sociais nessa área têm se voltado, principalmente, para o monitoramento e recuperação do estado nutricional dos indivíduos, como também para o enfrentamento da fome (JARDIM *et al.*, 2010). Em 2010, através da emenda Constitucional 64, adicionado a Constituição Federal, instituiu a alimentação como direito a toda população (BRASIL, 2010). A segurança alimentar e nutricional é definida como o acesso de todos a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de maneira regular e permanente, de modo que as demais necessidades não sejam comprometidas pela garantia desse direito, respeitando-se a diversidade cultural, sendo sustentáveis do ponto de vista social, ambiental e econômico (CABRAL *et al.*, 2014). Tanto o déficit quanto o excesso de nutrientes são prejudiciais para o estado nutricional, caracterizando, portanto, uma das faces da insegurança alimentar (MONTEIRO *et al.*, 2014).

No Brasil o baixo poder aquisitivo inviabiliza a compra de alimentos de melhor qualidade, dando preferência a quantidade, gerando uma situação de insegurança alimentar. O impacto exercido pela renda no estado nutricional das crianças se manifesta em diferentes intensidades, sendo maior na desnutrição (OLIVEIRA *et al.*, 2011).

O Programa Bolsa Alimentação, atual Programa Bolsa Família (PBF), foi criado em 2001. Trata-se de um Programa de Transferência Condicionada de Renda, visa reduzir a pobreza e as desigualdades além de combater a fome entre as famílias pobres (com renda mensal per capita de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e as extremamente pobres (com renda mensal per capita de até R\$ 60,00) (OLIVEIRA *et al.*, 2011; WOLF e FILHO, 2014). Sua operacionalização consiste na transferência mensal de benefícios em dinheiro para as famílias cadastradas. Este programa beneficia cerca de 47 milhões de brasileiros e pode representar até 21% do orçamento familiar, tendo um impacto sobre o consumo intrafamiliar (LIMA *et al.*, 2011).

### Material e Métodos

Trata-se de uma pesquisa bibliométrica. A amostra do estudo foi composta de 63 artigos disponibilizados em português e inglês, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Portal de Periódicos da Capes, Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Pubmed. Para a recuperação desses textos foram considerados os descritores “bolsa família”, “estado nutricional” e “insegurança alimentar” nas línguas portuguesa e inglesa, no título, resumo ou como palavra-chave. Em uma primeira leitura dos resumos dos artigos, restaram 26. Destes, leitura criteriosa retirou mais 3 materiais que não se tratavam de artigos. Assim, 24 artigos compuseram esse estudo. Duas tabelas distintas foram construídas para que se todos os dados importantes para essa análise pudessem ser obtidos. Considerou-se tema, título do periódico, ano, região do estudo, método do estudo, qualis, nível de evidência, fator de impacto. Todos os dados foram analisados no programa Statistical Package for the Social Science (SPSS), versão 20.0 for Windows.



## Resultados e Discussão

Na análise bibliométrica, dos vinte e quatro artigos incluídos, houve um predomínio do ano de 2016 com sete artigos (29,2%), seguido pelo ano de 2014 com seis artigos (25%) e pelos anos de 2013 e 2015 com três artigos cada (12,5%). O ano de 2017 foi representado com dois artigos (8,3%) e os anos de 2009, 2012 e 2017 apresentaram apenas um artigo cada (4,2%).

Foram utilizados trabalhos recentes, representando informações atualizadas que analisando de forma abrangente, predominou os quatro últimos anos em relação aos demais. Este fato pode demonstrar uma atenção recente às políticas alimentares e nutricionais das crianças, assim como aos programas de transferência condicionada de renda que enfrentam preconceitos e geram discussões principalmente em períodos eleitorais disputados.

No que tange à região geográfica, identifica-se que o Brasil de maneira geral é o país com maior número de publicações, apresentando sete artigos (29,2%). Na sequência surgem as regiões nordeste e sudeste com cinco artigos (20,8%), sul com três (12,5%), centro-oeste com dois (8,3%) e norte e américa latina com um artigo (4,2%).

Devido a história brasileira dos programas de transferência condicionada de renda, já se esperava um predomínio localizado no país. Ressalta-se que na região nordeste se encontram muitos usuários do programa, assim como o grande aporte populacional da região sudeste que justifica os resultados alcançados. Além disso, está presente nas demais regiões brasileiras e na américa latina, pois não é medida exclusiva do Brasil.

Em relação à força das evidências, constatou-se dezenove artigos (80%) com nível de evidência 5 e cinco artigos (20%) com nível de evidência 6.

A partir desse levantamento bibliográfico, detectou-se que dezenove dos artigos selecionados (80%) apresentaram nível de evidência 5, ou seja, evidência provenientes de revisão sistemática de estudos descritivos e qualitativos, em comparação com cinco dos artigos (20%), que apresentaram nível de evidência 6, evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo. Isso significa que os artigos que possuem níveis de evidências de menor credibilidade, nível de evidência 6, foram selecionados em menor número em comparação com os artigos de nível de evidência 5, que possuem maior credibilidade, demonstrando que o método aplicado foi eficiente.

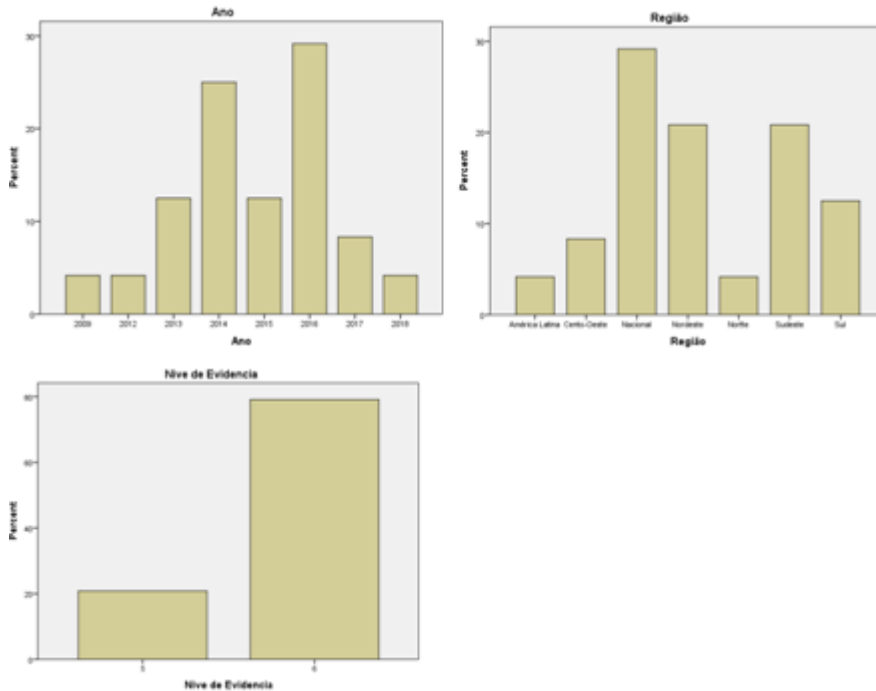
## Considerações finais

O objetivo desse estudo foi avaliar o impacto do Programa Bolsa Alimentação, atual Programa Bolsa Família, bem como as questões alimentares e nutricionais e a insegurança alimentar dos beneficiários do programa. Para sua consecução, utilizou-se da análise bibliométrica, identificando-se as principais características referentes a ano; níveis de evidência e região.

Os resultados foram apresentados em tabelas e constatou que o ano de 2016 foi o que apresentou um maior número de publicações, num total de sete, e os anos de 2009, 2012 e 2017 foram os que apresentaram um menor número de publicações, apenas um artigo cada.

Com relação aos níveis de evidência, verificou-se que dezenove artigos apresentaram nível de evidência 5 e cinco artigos apresentaram nível de evidência 6, sendo que os artigos com nível de evidência 5 se apresentam em maior número em comparação com os artigos de nível de evidência 6.

No trato das regiões geográficas, verificou-se que o Brasil é o país com o maior número de publicações, num total de sete artigos, seguido das regiões nordeste e sudeste com um total de 5 artigos cada. Por fim, as regiões norte e a américa latina foram as que apresentaram o menor número de artigos publicados, sendo 1 artigo proveniente de cada região.



## Referências

JARDIM G. A. S. Reflexões antropológicas a partir de uma política pública para crianças. *CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais* Número 15 – Março de 2010.

MONTEIRO, Flávia et al. Bolsa Família: insegurança alimentar e nutricional de crianças menores de cinco anos. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2014, vol.19, n.5, pp.1347-1358. ISSN 1413-8123.

FARIA L. A. N.; PENNA A. P. S. A. A. Análise do impacto do programa bolsa família em relação ao estado nutricional de crianças de zero a sete anos pertencentes às famílias beneficiárias do programa no município de Pará de Minas, Minas Gerais, no período de 2007/2008. *SynThesis Revista Digital FAPAM, Pará de Minas*, v.1, n.1, 344-354, out. 2009.

OLIVEIRA F. C. C. et al. Programa Bolsa Família e estado nutricional infantil: desafios estratégicos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7):3307-3316, 2011.

OLIVEIRA F. C. C. et al. Estado nutricional e fatores determinantes do déficit estatural em crianças cadastradas no Programa Bolsa Família. *Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília*, n. 20, v. 1, p. 7-18, jan./mar., 2011.

DA FREITAS D. A.; SOUSA A.A.; JONES, K. M. Development, income transfer strategies, and the nutritional transition in Brazilian children from a rural and remote region. *Rural and Remote Health*, v. 14, n. 2632, 2014.

LIMA F. E. L. et al. Estado nutricional de população adulta beneficiária do Programa Bolsa Família no município de Curitiba. *Rev Bras Epidemiol* 2011; 14(2): 198-206.

WOLF M.; FILHO A. Estado Nutricional dos Beneficiários do Programa Bolsa Família no Brasil – uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(5):1331-1338, 2014

CABRAL C. S. et al. Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: estudo de coorte em municípios do interior da Paraíba, Brasil, 2005-2011. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 30(2):393-402, fev, 2014.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. *Lex: coletânea de legislação: edição federal*, São Paulo, v. 7, 1943.